

Portugal, a Geopolítica da Energia e a Segurança Energética Europeia

Vítor Rodrigues Viana
(Coord.)

António Costa Silva
António Paulo Duarte
Carla Fernandes
José Fânzeres
José Félix Ribeiro
Rúben Eiras
Teresa Ferreira Rodrigues

Os *Policy Papers* do Instituto da Defesa Nacional resultam de investigação residente e associada, promovida pelo Instituto da Defesa Nacional.

Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre as questões de segurança e defesa nacional e internacional.

FICHA TÉCNICA

Diretor

Vítor Rodrigues Viana

Coordenação Científica

Isabel Ferreira Nunes

Coordenador Editorial

Alexandre Carriço

Núcleo de Edições

António Baranita e Cristina Cardoso

Propriedade, Edição e Design Gráfico

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa, Portugal

Tel. + (351) 213 924 600

Fax: + (351) 213 924 658

Email: idn.publicacoes@defesa.pt

<http://www.idn.gov.pt>

ISSN: 2182-5289

ISBN: 978-972-9393-31-0

© Instituto da Defesa Nacional, 2014

Sumário Executivo

A atual crise na Ucrânia provocou a reemergência de riscos associados à elevada dependência europeia de gás natural russo no que concerne à segurança do abastecimento, em especial no que respeita à garantia de fluxos contínuos daquele recurso energético.

Independentemente dos cenários de evolução que se vierem a concretizar quanto à desejável diversificação das fontes de abastecimento, a consecução de medidas tendentes à mitigação desta vulnerabilidade estratégica europeia passará, em larga medida, pelo desenvolvimento de uma política energética comum. Só assim a União Europeia possuirá um mecanismo de elevada eficácia na abordagem ao seu abastecimento energético, assente numa base negocial de âmbito multilateral, valorizando o potencial da unidade europeia.

No que respeita às alterações que se registam no referencial energético global, nomeadamente a descoberta de novas e abundantes reservas e a rápida emergência de fontes não convencionais de energia, também a União Europeia poderá em muito capitalizar esta realidade. Tal poderá ocorrer através da promoção e utilização de novas rotas energéticas, quer promovendo a concretização de novos projetos ou a ampliação e consolidação da atual infraestrutura de abastecimento e distribuição. A bacia energética do Atlântico verá, neste cenário, a sua importância acrescida, dado o potencial que encerra e de que as recentes descobertas constituem exemplo.

Neste quadro, a Península Ibérica, por via da importância da sua privilegiada localização geográfica e natural potencial, poderá constituir-se como uma importante região de receção e trânsito de gás natural com destino à Europa, assumindo o gás natural liquefeito (GNL) uma significativa importância.

Portugal, enquanto ator integrante da bacia energética atlântica – substancialmente valorizada pelo fenómeno norte-americano do *shale gas* – e interlocutor privilegiado com o espaço geopolítico lusófono – onde ocorreram ultimamente as grandes descobertas de hidrocarbonetos –, poderá utilizar esta realidade como fator multiplicador do seu potencial e tornar-se numa importante plataforma de receção e trânsito de gás natural com destino à Europa. Acresce que poderá capitalizar os seus ativos político-estratégicos, de pertença às comunidades lusófona e europeia, e servir de ponte entre ambos os espaços, através do desenvolvimento de uma “diplomacia energética” dinâmica.

ÍNDICE

1. A dependência energética da Europa e a importância da Federação Russa no seu abastecimento

1.1 A energia na estratégia Internacional da Federação Russa

2. O referencial europeu de gás natural

3. Olhando para o futuro: Cenários do abastecimento de gás natural à União Europeia

3.1 Cenário “Eurásia”

3.2 Cenário “Médio Oriental”

3.3 Cenário “Mosaico”

3.4 Cenário “Teto do Mundo”

4. Recomendações

4.1 União Europeia

4.2 Portugal

1. A dependência energética da Europa e a importância da Federação Russa no seu abastecimento

No seu conjunto, os Estados-membros da União Europeia são os maiores importadores de energia no mundo, apresentando uma elevada dependência externa em termos de abastecimento energético¹. Pese embora a forte aposta nas energias renováveis, não se prevê que esta dependência possa ser resolvida no futuro próximo, dada a sua ainda reduzida dimensão no *mix* energético europeu².

O presente texto irá centrar-se no setor do gás natural, pelo seguinte conjunto de razões:

- a) O principal fornecedor europeu, a Federação Russa, é um ator com o qual a Europa possui uma relação permeável a tensões várias, com potencial impacto no fornecimento energético;
- b) O processo de estabelecimento do preço do gás tem uma génese regional e, como tal, assenta prioritariamente em contratos de longo-prazo em torno de uma relação direta entre produtor e consumidor final;
- c) O gás é o hidrocarboneto com mais forte crescimento na procura no mercado global devido à expansão da urbanização e industrialização das economias emergentes; e
- d) Pelo papel que o gás natural poderá desempenhar no plano de redução das emissões de CO₂ no setor energético europeu.

Esta dependência do fornecimento russo confronta-se ainda com uma realidade dual, decorrente da forte assimetria entre as regiões da Europa Central e de Leste e a Atlântica. O primeiro conjunto de países depende essencialmente do gás natural russo fornecido por via terrestre, em gasodutos, registando os Estados que integraram a NATO, após o colapso da URSS, níveis de dependência entre 80% e 90%. Por seu lado, o conjunto de países que poderemos designar de Europa Atlântica, embora também dependente, têm acesso a outras fontes e tipologias de abastecimento, em especial o gás natural liquefeito (GNL) proveniente do Médio Oriente e África Ocidental.

1.1 A energia na estratégia internacional da Federação Russa

Como segundo maior produtor de petróleo e igualmente de gás natural a nível mundial, a Rússia tem vindo a desenvolver um conjunto de opções que lhe permitem usar a energia como alavanca para o reforço da sua posição internacional. Assim:

- Na Rússia, o Estado, desde o início deste milénio, tem vindo a retomar o controlo maioritário do setor do petróleo, ao qual adiciona a já estatal Gazprom, assegurando assim a captação de parte substancial da renda energética que em anos anteriores era partilhada com grupos privados. A captação dessa renda é crucial para o financiamento da inovação no complexo militar industrial russo, o

¹ Importam aproximadamente 84% do petróleo e 64% do gás natural que consomem.

² Prevê-se que a segurança energética da Europa continuará a depender fortemente da disponibilidade de fontes de energia primária, já que o *mix* atual de energia da UE é composto por petróleo, gás, carvão e urânio enquanto principais fontes primárias de energia, representando uma parte significativa do futuro cabaz energético da União.

qual considera ser o mais importante ativo para a sua afirmação internacional. Ao mesmo tempo, a Rússia completa esta articulação 'energia-armas' através da venda de armamento a Estados produtores de petróleo que dispõem de meios para a sua aquisição;

- A Rússia tem na energia um setor em que é patente a relevância internacional da sua centralidade euro-asiática, já que pode vender petróleo e gás natural, quer ao continente europeu, quer à Ásia-Pacífico, e nomeadamente à China. Esta constituiu-se, de momento, o maior comprador simultâneo de armas e energia;
- A Rússia depara-se, no entanto, com um constrangimento: o plafonamento ou mesmo declínio de produção nas províncias energéticas em que tem baseado os seus fornecimentos à Europa. Superar esta limitação exige um investimento maciço no desenvolvimento das novas províncias setentrionais na fronteira do Ártico ou na Sibéria Oriental. Mas para tal ser concretizado, endogenamente, seria necessário um volumoso reinvestimento da renda energética no próprio setor, o que colide com a prioridade de aplicação no complexo militar industrial. Por isso a Rússia procura, por um lado, parceiros exteriores que invistam nesse desenvolvimento e, por outro lado, promove a penetração das empresas estatais russas no *downstream* das economias desenvolvidas, ampliando assim as suas receitas;
- A Rússia utiliza a energia para manter ou reforçar a sua influência no espaço da ex-URSS; antes de mais retirando à Ucrânia funções de trânsito para a Europa – gasodutos *Nord Stream* e *South Stream*³ –, o que lhe permitirá no futuro usar a "arma energética" com a Ucrânia, sem correr o risco de perturbar o abastecimento à Europa. Em paralelo, procura controlar parcialmente a produção na Ásia Central (Cazaquistão e Turquemenistão), colocando-a na sua rede de oleodutos e gasodutos, o que lhe permite assegurar os fornecimentos com que se comprometeu enquanto não estão integralmente desenvolvidas as novas províncias energéticas setentrionais;
- Finalmente, a Rússia utiliza a energia para consolidar a sua influência na Europa mantendo o completo domínio no abastecimento energético dos Estados que aderiram à NATO e à União Europeia e construindo, gradualmente, uma parceria com Estados europeus centrais, designadamente Alemanha, Áustria e Países Baixos.

A atual crise ucraniana tornou, novamente, visíveis na Europa os riscos decorrentes do facto de este país ser uma importante região de trânsito do gás natural russo e representar um ativo relevante na geopolítica russa, no contexto da elevada dependência energética europeia face a esta última. Este quadro torna assim imperativa a reavaliação da política de segurança energética europeia e a aposta numa estratégia eficiente de diversificação e garantia de segurança de fontes, rotas de transporte e trânsito.

Importa, contudo, salientar que uma decisão europeia de diversificação das fontes de abastecimento energético não se poderá basear, exclusivamente, em critérios de

³ Cf. mapa "The Geopolitics of the Pipelines" em anexo, fonte António Costa Silva, 6 junho de 2014, apresentado na Conferência no Instituto da Defesa Nacional.

ordem geopolítica ou tecnológica, constituindo o racional económico, que naturalmente lhe está subjacente, um importantíssimo fator nessa matriz decisória.

Por outro lado, o volume dos investimentos já efetuados pelos principais consumidores energéticos europeus, em parceria com a Federação Russa, assim como a profundidade do relacionamento e dimensão do referencial energético que daí emergiram – quer no quadro euro-russo, quer no quadro intraeuropeu – tornam mais complexa a identificação e obtenção de claras vantagens económicas decorrentes de uma eventual decisão europeia no seu abandono, pelo que se constitui um importante fator adicional de constrangimento.

2. O referencial europeu de gás natural

Como antes se referiu, não obstante o crescente recurso às energias renováveis as mesmas não encerram ainda potencial passível de substituição significativa dos hidrocarbonetos, em especial nos setores dos transportes, indústria, aquecimento doméstico e produção de eletricidade. Embora esta alteração gradual permita antever o aumento substancial da utilização desta forma de energia na União Europeia, estima-se igualmente que a utilização do gás natural aumente significativamente, logo que ultrapassado o período de estagnação da economia europeia.

No que respeita às fontes de abastecimento, três evoluções recentes parecem marcar uma significativa alteração na geografia do abastecimento de gás natural da União Europeia:

- Em primeiro lugar, registam-se sérios limites ao aumento da produção oriunda do Mar do Norte e do Mar da Noruega⁴. Na verdade verifica-se mesmo um declínio desta produção, que desempenhava um papel relevante no abastecimento à Europa;
- Em segundo lugar, existem limitações físicas ao aumento de produção nas bacias energéticas do Norte de África, de que é exemplo a Argélia, e mesmo em algumas regiões do Médio Oriente. Acresce que se devem considerar, neste contexto regional, os constrangimentos à produção resultante de tensões geopolíticas, com consequências diretas nas condições de segurança do abastecimento, como sucede atualmente com a Líbia ou o Iraque;
- Em terceiro lugar, o facto de os jazigos da Sibéria Ocidental russa se encontrarem igualmente a caminho de atingir limites ao aumento de produção. Esta circunstância força a Federação Russa a recorrer ao gás natural dos países da Ásia Central, em especial o Turquemenistão, por forma a assegurar os compromissos assumidos de fornecimento à Europa. Uma situação que tenderá a manter-se enquanto não entrarem em produção os novos jazigos situados na margem setentrional, para os quais, sublinhe-se, a Federação Russa necessitará provavelmente de financiamento externo e da tecnologia das grandes companhias internacionais de petróleo e gás natural.

A esta realidade acrescem as necessidades energéticas das economias emergentes, das quais decorre uma maior competição e pressão geopolítica e geoeconómica sobre as

⁴ Produção oriunda da Holanda, Reino Unido e Noruega.

fontes de abastecimento. Tal é particularmente visível por parte da China, ator em que é claro um crescente interesse no acesso às reservas de gás natural russas localizadas na Sibéria Oriental e às reservas dos países produtores da Ásia Central⁵. Desta forma, a China não só diversifica os abastecimentos, que são na sua generalidade baseados em extensas Linhas de Comunicação Marítima⁶, como também reduz substancialmente o seu trânsito através de pontos de estrangulamento marítimos⁷.

Estas tendências projetam-se naturalmente no futuro panorama energético da União Europeia. Após a concretização do abandono da opção nuclear para produção de eletricidade por parte da Alemanha e da Suécia, e embora tal modalidade se mantenha na França e Reino Unido, considera-se que o panorama energético da UE está a definir-se em torno de três linhas de forças tendenciais:

- O crescimento da procura de gás natural, destacando-se o seu papel na produção de eletricidade e na sua utilização pelo setor industrial;
- O crescimento da oferta de eletricidade utilizando energia primária renovável – eólica, *onshore* e *offshore*;
- A redução da intensidade de uso de combustíveis líquidos no setor dos transportes, decorrente quer da maior utilização do gás natural, quer da crescente eficiência dos motores e das novas tecnologias associadas às motorizações híbridas e elétricas.

Considerando as variáveis geoeconómicas, geopolíticas e científico-tecnológicas que poderão interferir direta e indiretamente no abastecimento futuro de gás natural à Europa, afigura-se que o continente apenas poderá minimizar a sua atual dependência de forma faseada, num horizonte temporal de médio e longo-prazo, e através do reforço da coordenação, cooperação e integração da respetiva política energética.

3. Olhando para o futuro: cenários do abastecimento de gás natural à União Europeia

Em paralelo, em áreas geográficas distintas da Eurásia, verificam-se quatro evoluções com potencial para aumentar a oferta e abrir novas perspetivas ao abastecimento de gás natural à Europa:

- O acréscimo da oferta de gás natural com origem no Atlântico Sul (Nigéria, Guiné Equatorial e Angola) e, futuramente, no Índico Ocidental (Moçambique), cujo potencial é equiparado a um «novo Qatar», sendo este Estado do Golfo Pérsico o segundo maior produtor de gás natural mundial;
- A descoberta de grandes reservas de gás natural no Mediterrâneo Oriental, designadamente em Israel e Chipre, e a eventual existência de importantes campos de gás no Mar Jónico;

⁵ Nomeadamente o Turquemenistão e Cazaquistão, funcionando este último igualmente como importante fornecedor de petróleo.

⁶ Dado que as fontes se localizam na África Ocidental e Oriental, e no Golfo Pérsico.

⁷ A exemplo do que sucede, entre outros, com os Estreitos de Ormuz e de Malaca, por onde transita grande parte dos abastecimentos energéticos chineses.

- O crescimento da oferta interna de gás natural nos EUA, devido ao crescimento da oferta de *shale gas*, abrindo-se desta forma perspectivas aos Estados Unidos para passarem de importadores para exportadores de gás natural;
- O início da competição pela exploração de hidrocarbonetos no Ártico⁸, não obstante as exigentes condições físicas e tecnológicas, assim como os elevados riscos de impacto ambiental que envolve.

Todavia, o sucesso e o impacto destas potenciais origens de gás natural com destino à Europa constitui, ainda, uma significativa incerteza.

Como tal, construíram-se quatro cenários contrastados, organizados fundamentalmente em torno das preferências geoeconómicas e geopolíticas que os estruturam. São eles:

3.1 Cenário “Eurásia”

Este cenário, que se pode considerar tendencial, traduz-se num reforço do abastecimento vindo ou através da Rússia para Europa, com redução drástica das funções de trânsito da Ucrânia e mediante a utilização de dois gasodutos estruturantes: o *Nord Stream* já em funcionamento, e o *South Stream* em discussão.

Este cenário não contempla o desenvolvimento de jazigos *offshore* no Mar Negro, nomeadamente nas águas territoriais da Ucrânia e Roménia. Neste cenário, a França, o Reino Unido e a Itália passariam a ter uma maior dependência do gás natural da Rússia e a Alemanha, a Áustria e a Hungria veriam a sua já elevada dependência substancialmente aumentada⁹. Neste cenário, além do abandono do projeto do gasoduto *Nabucco*, apenas seria concretizado o novo corredor sul partindo do Azerbaijão, passando pela Turquia (TANAP) e prosseguindo com o *Transadriatic Pipeline* (TAP).

3.2 Cenário “MÉDIO ORIENTAL”

Este cenário representaria uma substancial diferença em relação ao anterior, já que reduziria drasticamente a importância do abastecimento vindo da Federação Russa e suporia uma evolução na configuração geopolítica e geoeconómica no Médio Oriente. Isto porque implicaria uma mudança de posicionamento do Irão, ator que passaria a constituir-se como um fornecedor relevante quer da Europa, quer da Índia.

De uma forma genérica, a concretização deste cenário passaria pelas seguintes linhas de força tendenciais:

- O aumento das exportações de gás natural com origem no Golfo Pérsico. O Qatar, através de gás natural líquido (GNL), e o Irão, por gasoduto (com ligação ao Corredor Sul vindo do Azerbaijão, passando pela Turquia e terminando em Itália), passariam a constituir-se como os grandes fornecedores à Europa;

⁸ Estima-se que cerca de 25% dos recursos mundiais de gás natural por descobrir estão localizados na região do Ártico.

⁹ Em todos estes casos por via da conjugação dos gasodutos *Nord* e *South Stream*, bem como da utilização da capacidade máxima de outros gasodutos existentes.

- O forte desenvolvimento da produção no Mediterrâneo Oriental (Israel, Chipre e Mar Jónico), com fluxos em direção à Grécia e Turquia (para além da Jordânia e Palestina, no que se refere à produção de Israel) e em articulação com o referido Corredor Sul.

3.3 Cenário “Mosaico”

Este cenário procuraria reduzir a dependência da Europa Ocidental e do Sul/Sudeste europeus das importações de gás natural da Rússia, num contexto de prolongada conflitualidade no Médio Oriente, concretizando-se através de:

- Consolidação de um Corredor Sul com origem no Azerbaijão, passando pela Turquia e Grécia em direção à Itália, a exemplo do que sucede no cenário anterior;
- Forte desenvolvimento da produção no Mediterrâneo Oriental, em idênticos moldes ao anterior cenário;
- Investimento de companhias ocidentais de petróleo e gás natural na exploração dos jazigos *offshore* da Ucrânia e Roménia;
- Transformação da Península Ibérica numa plataforma de receção e distribuição europeia de gás natural com origem no Índico Ocidental, no Atlântico Sul e nos EUA (*shale gas*), graças à expansão da capacidade das instalações de processamento de GNL e da capacidade de armazenamento;
- A implementação de um Corredor Ocidental Sul-Norte de gás natural, que partindo da Península Ibérica se dirigisse para o Norte da Europa, corredor aliás previsto nas Redes Transeuropeias da União Europeia.

3.4 Cenário “Teto do Mundo”

O contexto deste cenário seria semelhante ao anterior no que se refere a uma prolongada tensão geopolítica no Médio Oriente. Porém com duas grandes diferenças, ambas traduzindo uma substancial melhoria no relacionamento da Federação Russa com o Ocidente, nomeadamente:

- A constituição de um Consórcio do Ártico envolvendo os atuais membros do Conselho do Ártico (EUA, Canadá, Federação Russa, Noruega, Dinamarca, Suécia, Finlândia e Islândia) com o objetivo de assegurar uma gestão coordenada e colaborativa das atividades de exploração e produção de hidrocarbonetos, bem como de transporte de gás natural no Ártico;
- A criação pelo Consórcio do Ártico de uma parceria para o estudo de soluções de geo-engenharia, como resposta de emergência para lidar com os impactos das alterações climáticas, parceria esta que seria estendida ao Japão, China, Reino Unido e Alemanha.

Como decorre da cenarização efetuada, apenas o Cenário “Eurásia” – em que a Federação Russa continuaria a constituir-se como o principal fornecedor de gás natural à Europa – dispensa a concretização de elevados investimentos no setor energético europeu, pese embora exigindo investimentos europeus na Rússia. Porém, considera-se que esta particularidade em muito determina o carácter tendencial que encerra.

4. Recomendações

4.1 União Europeia

O futuro aprovisionamento energético de gás natural da União Europeia em condições adequadas de continuidade, segurança e a um preço competitivo, em muito dependerá da concretização prioritária de uma efetiva política energética comum.

Entre os vários fatores que concorrem, de forma interdependente, para a consecução deste propósito, ampliando significativamente a diversificação do aprovisionamento energético da Europa, destacam-se:

- a) A desnacionalização das políticas energéticas dos seus Estados-membros;
- b) A criação de um mercado energético comum;
- c) A conclusão das redes de energia transeuropeias, nomeadamente os corredores Sul e Oeste previstos na estratégia energética europeia; e
- d) O aumento das reservas estratégicas de gás natural e a sua gestão integrada.

Sem a consecução destes fatores, a União Europeia dificilmente poderá atuar, nesta matéria, como uma entidade verdadeiramente supranacional e desse modo eliminar ou mitigar o caráter, essencialmente, bilateral que os contratos de fornecimento atualmente apresentam.

Deve, igualmente, salientar-se a correlativa necessidade de a Europa promover uma efetiva *diplomacia energética*, interrelacionando a política energética da Europa e as competências do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) da UE. Esta articulação afigura-se fundamental para o fortalecimento do “poder de negociação” europeu face aos diversos fornecedores de energia. Note-se que a Europa pode diversificar as fontes de abastecimento de energia mitigando a sua dependência, mas não a poderá eliminar completamente já que não dispõe de recursos energéticos próprios suficientes para sustentar o seu desenvolvimento.

Relativamente às fontes de abastecimento energético, se por um lado é decisiva a manutenção da aposta europeia nas energias renováveis, no nuclear e na exploração de fontes convencionais e não-convencionais, por outro lado, a diversificação das origens destas fontes em muito poderá contribuir para a desejável segurança no abastecimento.

Neste contexto, importa, desde logo, salientar a importância futura da Bacia do Atlântico, entidade geográfica que integra a totalidade das regiões Norte e Sul desse oceano, do Índico Ocidental, da bacia mediterrânica e da região Ártica. A conjugação do potencial destas bacias energéticas com a capacidade de regaseificação europeia de GNL, recebido por via marítima, poderá revelar-se decisiva na aposta europeia de diversificação das origens das fontes de abastecimento.

Além disso, a UE não pode continuar sem dispor de um sistema de reservas estratégicas de gás natural, nem de uma capacidade de gestão integrada de crise em

caso de disrupção do seu abastecimento, pelo que deverá enveredar por uma solução semelhante à já existente para o petróleo na Agência Internacional de Energia¹⁰.

Por sua vez, as infraestruturas de geração elétrica e de transporte de gás natural têm de ser objeto de maior integração e reforçadas nas capacidades das suas interligações (volume transferido na eletricidade e bi-direcionalidade nos gasodutos), para que os fluxos energéticos circulem com maior liquidez, fiabilidade e economicidade no espaço europeu.

Por fim, o *NATO Energy Security Center of Excellence (ENSEC COE)*¹¹, no âmbito da missão que lhe está atribuída, deverá encetar uma iniciativa de cooperação científica e tecnológica com a UE no sentido de desenvolver novas tecnologias que permitam armazenar e transportar o gás natural com maior flexibilidade e menores custos económicos.

4.2 Portugal

Portugal, país com uma posição geográfica privilegiada no Atlântico e com uma extensa frente marítima, poderá desempenhar um papel de alguma relevância na estratégia europeia de segurança energética, contribuindo para a desejada diversificação das fontes de abastecimento, e dessa forma adquirir centralidade no futuro referencial energético europeu de gás natural.

A conjugação do facto de Portugal possuir um terminal de regaseificação de média dimensão e de capacidade sobranter de exportação de gás natural, poderá contribuir para o apoio à diversificação energética europeia e para fazer face a eventuais ruturas temporárias no abastecimento.

Acresce que o desenvolvimento das capacidades nacionais de receção, processamento, armazenamento e transporte de gás natural – devidamente enquadradas e integradas nos projetos transpirenaicos e intraeuropeus – em muito poderá contribuir para que Portugal se possa constituir como uma das principais portas de entrada e entreposto de gás natural com destino à Europa.

Neste sentido, Portugal deverá, pela sua parte, reforçar a sua ligação às novas origens de gás natural, especialmente oriundas da Bacia do Atlântico Sul, América do Norte e do Índico Ocidental, num contexto em que os arquipélagos dos Açores ou da Madeira poderão também ganhar relevância estratégica. Contudo, a probabilidade de Portugal desempenhar funções de relevo na segurança energética europeia dependerá, substancialmente, do Cenário que vier a dominar a evolução na Europa.

Importa recordar que, nos últimos anos, as grandes descobertas de hidrocarbonetos ocorreram no espaço geopolítico lusófono e, como tal, em países com os quais Portugal possui um relacionamento estruturado e especial. Esta relação privilegiada poderá constituir-se como um importante fator de alavancagem geoenergética de Portugal face à Europa: por um lado, no que respeita à diversificação das fontes de abastecimento; e, por outro, através do contributo nacional para a manutenção da segurança das rotas marítimas.

¹⁰ Designadamente a definição de um conjunto de normas quanto à existência de reservas estratégicas.

¹¹ <http://www.enseccoe.org/>

Portugal poderá capitalizar os seus ativos político-estratégicos de dupla pertença às comunidades lusófona e europeia, ao servir de ponte entre os países lusófonos e a Europa, através do desenvolvimento de uma “diplomacia energética” dinâmica e contribuindo, igualmente, para o fortalecimento das capacidades do Serviço de Ação Externo da UE.

A maximização, por Portugal, das funções atrás referidas poderá mais facilmente ocorrer no cenário “Mosaico”, no qual a Península Ibérica funcionaria como plataforma de receção e trânsito de gás natural, e em que Portugal poderia desempenhar um papel relevante na eventualidade de se registar uma interrupção temporária no abastecimento da Europa. Para isso seria necessário:

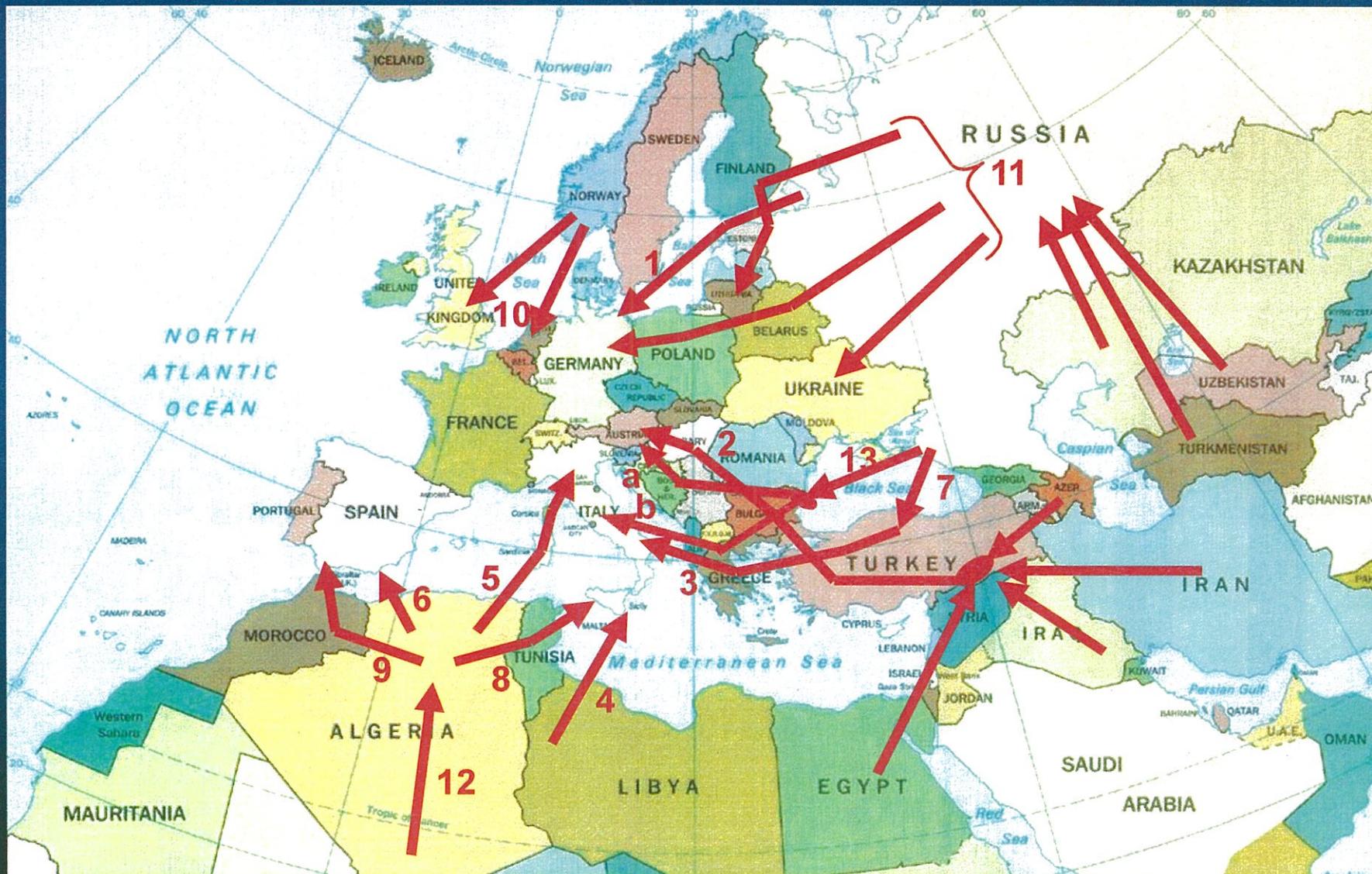
- Um investimento na ampliação das instalações de gás natural liquefeito na Península Ibérica, incluindo uma nova ampliação do terminal de Sines, reforçando o seu papel no corredor Atlântico;
- O reforço substancial das capacidades de armazenamento de gás natural, com uma dimensão suficiente para responder às necessidades ibéricas, em caso de desvio para a Europa transpirenaica da totalidade do gás natural recebido na Península;
- No contexto de criação de um sistema de reservas estratégicas de gás natural, no seio da Agência Internacional de Energia, e das novas rotas gás natural liquefeito provenientes dos EUA e da África Subsaariana até 2020¹², Portugal deverá utilizar a sua capacidade excedentária de armazenamento de gás natural e promover um eventual reforço desta capacidade até 1% do total do consumo energético europeu de gás natural;
- A concretização prioritária do Corredor Sul-Norte Ocidental de gás natural, previsto nas Redes Transeuropeias;
- A finalização do reforço das interligações no transporte de eletricidade entre Portugal, Espanha e França para a criação de um corredor europeu de produção elétrica renovável Ocidente-Centro. Tal permitiria aumentar o volume de eletricidade em circulação na rede europeia, baseado em fontes endógenas, e mitigar a dependência do consumo do gás natural russo (para a produção elétrica) dos países do Leste europeu;
- Que as apostas atrás enunciadas desejavelmente se realizassem no quadro de execução de uma política energética comum da União Europeia.

Na eventualidade de desenvolvimentos do tipo “Cenário Eurásia”, não obstante a Federação Russa nele se manter como o principal fornecedor de gás natural à Europa, saliente-se que Portugal manterá, ainda assim, em grande parte o potencial que encerra.

Com efeito, considerando que projeções e estimativas várias são coincidentes quanto à utilização crescente do GNL no mercado global de gás natural – recorde-se que a sua utilização tem registado elevadas e constantes taxas de crescimento anuais –, tal realidade futura permite projetar Portugal como uma das portas de entrada e entreposto de gás natural com destino à Europa.

¹² A produção adicional das duas novas fontes totaliza 4,4 tcf.

“THE GEOPOLITCS of THE PIPELINES



- 1 – Nord Stream 2 – Nabucco (Turquia-Austria) 3 – IGI (Turquia-Grécia-Itália)
- 4 – Greenstream 5 – Galsi 6 – Medgaz 7 – Bluestream 8 – Transmed
- 9 – Magreb 10 – Noruega – Europa Central 11 – Rússia – Europa de Leste e Central
- 12 – Nigéria – Niger – Argélia 13 – South Stream